

## PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 26, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, *Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.*

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado, nascido em 16 de abril de 1955 em Santos/SP, é filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio.



SF/20227.58695-72

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Campinas/SP em 1977. No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada “A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência”.

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro em 2005; Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: terceiro e segundo-secretário na Embaixada em Budapeste, de 1985 a 1990; assistente na Divisão da América Meridional I, de 1990 a 1991; chefe de gabinete do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, de 1991 a 1992; segundo e primeiro-secretário na Embaixada em Madri, de 1993 a 1997; primeiro-secretário na Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, de 1997 a 2001; assistente do Diretor do Instituto Rio Branco, de 2001 a 2003; assessor especial do Ministério da Integração Nacional, de 2003 a 2006; conselheiro na Embaixada em Montevidéu, de 2006 a 2008; conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 a 2011; Embaixador em Libreville, de 2012 a 2016; e Embaixador em Abidjã desde 2016.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre República do Senegal e a República Islâmica da Gâmbia, o qual informa acerca das relações bilaterais desses Países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O relacionamento bilateral com o Senegal iniciou-se em 1961, um ano após a independência deste País. Desde então, houve momentos de maior ou menor afinidade, mas neste século têm sido frequentes os encontros bilaterais. Por último, o atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, efetuou visita oficial ao Senegal em dezembro de 2019, mantendo contato com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Oportunidade em que foram avançados interesses quanto ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa.



O panorama da cooperação com Senegal é diversificado. Com fundamento no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 1972, a cooperação bilateral evoluiu para projetos em Senegal como o de criação de unidades agroecológicas, prospecção para o aumento da produtividade do cultivo de algodão, estabelecimento de centros de referência em censos com coleta eletrônica de dados e aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de alimentação escolar, além da cooperação nas áreas de defesa, educação, cultura, tecnologia e jurídica.

Quanto às relações comerciais, há histórico superávit brasileiro, tendo o Brasil, em 2019, exportado cerca de USD 135 milhões para o Senegal, especialmente arroz (35%), ovos de aves (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). E importamos do Senegal no mesmo período produtos que totalizam USD 4,7 milhões, principalmente ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

O Senegal é exemplo de tolerância desde sua independência, com os anos governados pelo agraciado escritor Leopold Sedar Senghor, verdadeiro ícone da valorização da literatura negra africana. Distinto de outros países africanos na sua fase pós-colonial, não teve golpes e manteve eleições periódicas, bem como convivência pacífica interétnica e inter-religiosa, mesmo entre a maioria muçulmana sunita (94% da população) e as minorias xiita, cristã e animista.

Em que pese a estabilidade institucional, a independência do Poder Judiciário e a baixa criminalidade, os índices sociais são insatisfatórios. O Senegal ocupa a 166<sup>a</sup> posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com alta taxa de pobreza e elevado índice de analfabetismo (48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler; entre as mulheres, o percentual é de 60,2%).

Contudo, há boas expectativas para negócios e parceria com Senegal. Conforme o documento enviado pelo Itamaraty:

A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um hub comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial.



Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no ranking “Doing Business” do Banco Mundial. O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

A Embaixada brasileira em Dakar também acumula a representação diplomática em relação à Gâmbia, o que se justifica por vários títulos, a começar pelo caráter territorial. Gâmbia só possui Senegal como vizinho e é bastante dependente daquele País, com o qual chegou nos anos 80 a formar uma confederação.

Politicamente, a Gâmbia passou por turbulência política recente, tendo seu Presidente atual, Adama Barrow, somente assumido em 2017 após intervenção internacional da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

Nosso relacionamento bilateral com Gâmbia teve início em 1965, ano de sua independência. Mantemos um baixo fluxo comercial, da ordem de USD 79 milhões, fruto sobretudo de nossas exportações de açúcar, arroz e carnes. Trata-se de um País com escassez de recursos, que, apesar dos esforços de reestruturação econômica, deriva suas divisas do amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

